

OSWALDO OTHON DE PONTES SARAIVA FILHO
VASCO BRANCO GUIMARÃES
Coordenadores

SIGILOS BANCÁRIO E FISCAL
HOMENAGEM AO JURISTA JOSÉ CARLOS MOREIRA ALVES

2ª edição revista e ampliada

Belo Horizonte



2015

© 2011 Editora Fórum Ltda.
2015 2ª edição revista e ampliada

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio eletrônico,
inclusive por processos xerográficos, sem autorização expressa do Editor.

Conselho Editorial

Adilson Abreu Dallari	Flávio Henrique Unes Pereira
Alécia Paolucci Nogueira Bicalho	Florian de Azevedo Marques Neto
Alexandre Coutinho Pagliarini	Gustavo Justino de Oliveira
André Ramos Tavares	Inês Virgínia Prado Soares
Carlos Ayres Britto	Jorge Ulisses Jacoby Fernandes
Carlos Mário da Silva Velloso	Juarez Freitas
Cármem Lúcia Antunes Rocha	Luciano Ferraz
Cesar Augusto Guimarães Pereira	Lúcio Delfino
Clovis Beznos	Márcia Carla Pereira Ribeiro
Cristiana Fortini	Márcio Cammarosano
Dinorá Adelaide Musetti Grotti	Marcos Ehrhardt Jr.
Diogo de Figueiredo Moreira Neto	Maria Sylvia Zanella Di Pietro
Egon Bockmann Moreira	Ney José de Freitas
Emerson Gabardo	Oswaldo Othon de Pontes Saraiva Filho
Fabício Motta	Paulo Modesto
Fernando Rossi	Romeu Felipe Bacellar Filho
	Sérgio Guerra



Luís Cláudio Rodrigues Ferreira
Presidente e Editor

Supervisão editorial: Marcelo Belico
Revisão: Cristhiane Maurício
Marilane Casorla

Bibliotecário: Ricardo Neto – CRB 2752 – 6ª Região
Capa e projeto gráfico: Walter Santos
Diagramação: Reginaldo César de Sousa Pedrosa

Av. Afonso Pena, 2770 – 16º andar – Funcionários – CEP 30130-007
Belo Horizonte – Minas Gerais – Tel.: (31) 2121.4900 / 2121.4949
www.editoraforum.com.br – editoraforum@editoraforum.com.br

5576 Sigilos bancário e fiscal: homenagem ao Jurista José Carlos Moreira Alves / Coordenadores
Oswaldo Othon de Pontes Saraiva Filho ; Vasco Branco Guimarães. – 2ª edição revista e
ampliada. – Belo Horizonte : Fórum, 2015.

849 p.
ISBN 978-85-7700-847-6

1. Direito tributário. 2. Direito administrativo. 3. Direito constitucional. I. Saraiva Filho,
Oswaldo Othon de Pontes. II. Guimarães, Vasco Branco.

CDD: 341.39
CDU: 336.2

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2002 da Associação Brasileira de Normas
Técnicas (ABNT):

SARAIVA FILHO, Oswaldo Othon de Pontes; GUIMARÃES, Vasco Branco (Coord.). *Sigilos bancário e fiscal:*
homenagem ao Jurista José Carlos Moreira Alves. 2. ed. rev. e ampl. Belo Horizonte: Fórum, 2015. 849 p.
ISBN 978-85-7700-847-6.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

Oswaldo Othon de Pontes Saraiva Filho	17
--	----

SIGILOS BANCÁRIO E FISCAL EM FACE DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA E DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Oswaldo Othon de Pontes Saraiva Filho	19
1 Introdução	19
2 Os sigilos bancário e fiscal como nuances do direito constitucional fundamental à inviolabilidade da vida privada e da comunicação de dados	19
3 Os sigilos bancário e fiscal e a Administração Tributária.....	24
4 Impossibilidade de o Ministério Público da União ter, em regra, acesso direto a dados, realmente, amparados pelos sigilos bancário e fiscal, sem a prévia intermediação da autoridade judiciária – Exposição das jurisprudências do STF e do STJ	39
5 Impossibilidade de os Ministérios Públicos Estaduais terem acesso direto de dados, realmente, amparados pelos sigilos bancário e fiscal, sem a prévia intermediação da autoridade judiciária	54
6 Dados cadastrais.....	58
7 Conclusão	63
Referências	64

SIGILO BANCÁRIO E PRIVACIDADE

Ives Gandra da Silva Martins	67
1 Introdução	67
2 Sigilo bancário nacional e internacional	69
3 Sigilo bancário e segurança jurídica	72
4 Casos de quebra possíveis	74
5 Poder Judiciário – Justo e neutro	76
6 O poder da autoridade fiscal	78
7 Arbítrio e responsabilização de autoridades.....	79
8 Tratamento internacional	81
9 Combate à criminalidade e sigilo bancário	82

SIGILO BANCÁRIO – PRIVACIDADE E LIBERDADE

Tercio Sampaio Ferraz Junior	85
A equação liberdade/poder.....	85
O Estado moderno	89
O tema da privacidade no contexto do Estado	92
Sigilo bancário, a Constituição Federal e a lei complementar	94
Conclusão – Sigilo e privacidade no mundo tecnológico.....	107

EL INTERCAMBIO INTERNACIONAL DE INFORMACIÓN CON ESPECIAL REFERENCIA AL SECRETO BANCARIO

María Esther Sánchez López, Pedro José Carrasco Parrilla	111
I Introducción.....	111
II Fundamento.....	114
III Reflexiones acerca de la eficacia del intercambio de información. El secreto bancario	118
3.1 Los obstáculos al intercambio internacional de información	118
3.2 El secreto bancario en cuanto límite a la aportación de información.....	121
3.3 Algunas consideraciones en torno a la eficacia del intercambio de datos con trascendencia tributaria.....	123

SIGILOS BANCÁRIO E FISCAL

Ricardo Lobo Torres.....	127
1 A interação entre o sigilo bancário e o fiscal	127
1.1 O princípio da transparência fiscal.....	128
1.2 O princípio da proteção da concorrência.....	130
2 Normas antissigilo bancário	132
3 Sigilo fiscal.....	136
3.1 O sigilo fiscal no Brasil	136
3.2 A troca internacional de informações.....	136
4 Conclusões	138

O SEGREDO BANCÁRIO – UMA INTERPRETAÇÃO DOS ESTUDOS DA OCDE

Vasco Branco Guimarães	139
1 Introdução	139
2 O conceito de segredo bancário	139
2.1 Os valores constitucionais inerentes ao segredo bancário	140
2.1.1 Na perspectiva do depositante.....	144
2.1.2 Na perspectiva da instituição bancária ou financeira	144
2.1.3 Na perspectiva de terceiros.....	145
2.1.3.1 Autorizados.....	145
2.1.3.2 Não autorizados	146
2.2 A derrogação do segredo bancário	146
2.2.1 Acesso directo	146
2.2.2 Acesso indirecto	147
3 Os trabalhos da OCDE no âmbito do segredo bancário – Breve historial e resumo das principais posições.....	147
4 O ponto de situação dos trabalhos na OCDE.....	149
5 Principais conclusões.....	150

TROCA INTERNACIONAL DE INFORMAÇÕES FISCAIS

Marco Aurélio Greco	153
1 Pano de fundo.....	153
2 Por onde começar	153
3 Importância da informação.....	154
4 Diferenças no fiscalizar.....	156
4.1 Objeto da informação	156
4.2 De quem obter a informação	157
4.3 Momento da obtenção da informação.....	157

4.4	Foco da fiscalização.....	158
4.5	Quem busca a informação.....	158
4.6	Como obter as informações	158
4.7	Complexidade.....	158
4.8	Onde está a informação.....	158
5	Problemas ligados à troca internacional de informações	159
5.1	Acesso à informação	159
5.2	Compartilhamento	161
5.3	Custos de obtenção da informação.....	162
5.4	Tempo de resposta	162
5.5	Direitos do contribuinte	162
5.5.1	Rever a concepção de igualdade	163
5.5.2	Rever concepção de liberdade.....	164
5.6	Linguagem a adotar	164
5.7	Amplitude do uso da informação fornecida	164
6	Conclusão	165

SIGILO FISCAL EM PORTUGAL

Abílio Manuel de Almeida Morgado.....	167
--	------------

SIGILOS BANCÁRIO E FISCAL COMO COROLÁRIO DO DIREITO À PRIVACIDADE EM CONFRONTO COM OS INTERESSES DO FISCO E DO PARQUET

Vittorio Cassone	201
1 Introdução	201
2 Sigilos bancário e fiscal são institutos autônomos e, conforme a finalidade, espécies de um mesmo gênero.....	201
3 As normas anteriores à CF/88 e duas decisões do STF	202
4 As normas na vigência da Constituição de 1988 e a jurisprudência do STF	204
5 Os sigilos bancário e fiscal, o Ministério Público e a jurisprudência do STF	221
6 Conclusões	231

A NATUREZA DO SIGILO DA FUNÇÃO DA AUTORIDADE ADMINISTRATIVA E FISCAL

Aurélio Pitanga Seixas Filho.....	235
--	------------

SIGILO BANCÁRIO – CRÔNICA DE UMA MORTE ANUNCIADA

José Luís Saldanha Sanches, João Taborda da Gama.....	243
I Sigilo bancário e o direito fundamental à ocultação de rendimentos	243
II Verdade e mentira da declaração e poderes da Administração Fiscal	244
III A derrogação do sigilo bancário enquanto poder administrativo inspetivo	246
IV Privacidade, intimidade e demagogia.....	247
V A crise financeira e a estocada final no sigilo bancário.....	254
VI O sigilo bancário na recente legislação portuguesa	257
VII O acesso às contas bancárias como poder-dever da Administração Fiscal e a coerência do sistema	261

SIGILOS BANCÁRIO E FISCAL

Ricardo Mariz de Oliveira	265
1 Um tema tão antigo, mas nunca esquecido!.....	265
2 Um “velho” texto do ano 2000	266

3	As alterações legislativas a partir de 2001	268
4	Uma visão sucinta da legislação brasileira no final da primeira década do século XXI.....	275
5	Conclusão	283

SIGILOS FISCAL E BANCÁRIO

Adilson Rodrigues Pires	287
1 O fundamento constitucional do sigilo	287
2 A intimidade como direito à liberdade	289
3 Os pressupostos e os direitos da fiscalização e da Administração Fiscal	291
4 As garantias e os direitos do contribuinte	293
5 O aparente conflito entre interesses público e privado	295
6 Divergências acerca da quebra do sigilo bancário	297
7 Sigilo bancário e sigilo fiscal	298
8 Conclusão	300

SIGILOS BANCÁRIO E FISCAL COMO COROLÁRIOS DO DIREITO À PRIVACIDADE

Kiyoshi Harada	303
1 Introdução	303
2 O sigilo bancário.....	303
2.1 Natureza jurídica do sigilo bancário	303
2.2 O sigilo bancário como espécie de segredo profissional	304
2.3 O sigilo bancário como corolário do direito à privacidade.....	305
3 Os sigilos bancário e fiscal em confronto com os interesses do Fisco e do <i>Parquet</i>	308
3.1 Noções introdutórias	308
3.2 Evolução legislativa	309
3.3 Quebra do sigilo bancário e reserva de jurisdição	310
3.4 Quebra do sigilo bancário pelo Ministério Público.....	314
3.5 Quebra do sigilo bancário pela autoridade administrativa	316
4 Conclusões	320

O INTERCÂMBIO DE INFORMAÇÕES SOBRE MATÉRIA TRIBUTÁRIA ENTRE ADMINISTRAÇÕES ESTRANGEIRAS – POSIÇÃO ATUAL E ESPECIFICIDADES NO BRASIL

Antônio de Moura Borges, Laila José Antônio Khoury.....	323
1 Considerações iniciais.....	323
2 Conceito e requisitos do intercâmbio de informações entre Administrações Tributárias estrangeiras	326
3 Métodos do intercâmbio de informações entre os Estados.....	328
3.1 Intercâmbio de informações a pedido.....	329
3.2 Intercâmbio automático de informações	330
3.3 Intercâmbio espontâneo de informações	332
3.4 Fiscalizações tributárias simultâneas	333
3.5 Fiscalizações tributárias no exterior	333
4 Limitações quanto ao pedido, ao fornecimento e à utilização das informações pelas Administrações Tributárias	334
5 Constitucionalidade da cláusula e dos acordos para o intercâmbio de informações relativas a tributos.....	341

6	Posição hierárquica dos tratados sobre matéria tributária no ordenamento jurídico infraconstitucional do Brasil	346
7	Conclusão	348
	Referências	349

O SIGILO E O DIREITO AO CONTRADITÓRIO E À AMPLA DEFESA NO ÂMBITO DAS COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO – UMA BREVE ANÁLISE

	Pedro Paulo de Rezende Porto Filho, Rodrigo Mauro Dias Chohfi	351
	Introdução	351
I	Do fundamento constitucional do sigilo	352
II	Da Comissão Parlamentar de Inquérito e do controle pelo Supremo Tribunal Federal – Breves anotações	354
III	Do direito ao contraditório e à ampla defesa	357
	Conclusão	362

AVISO DE INCÊNDIO – SIGILO FISCAL E RESTRIÇÕES DO BRASIL AO ART. 26 DA CONVENÇÃO MODELO DA ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (OCDE)

	Arnaldo Sampaio de Moraes Godoy	365
1	Introdução	365
2	Tratados para evitar a bitributação	367
3	A Lei Complementar nº 105/2001 e a jurisprudência	374
4	A vontade e a representação na ordem internacional	379
5	Conclusões	380
	Referências	380

TROCA DE INFORMAÇÕES COM BASE EM TRATADOS INTERNACIONAIS E OS SIGILOS FISCAL E BANCÁRIO

	Marcos Aurélio Pereira Valadão	383
1	Introdução	383
2	Sigilo fiscal no Direito brasileiro	384
2.1	Bases legais do sigilo fiscal	384
2.2	Hipótese de troca de informações sob sigilo fiscal entre Administrações Tributárias	386
3	Sigilo bancário no Direito brasileiro	387
3.1	Bases legais do sigilo bancário	387
3.2	Hipóteses de repasse de informações sob sigilo bancário	393
3.3	Aspectos específicos	393
4	Tratados internacionais e a troca de informações	396
4.1	O ambiente atual da troca de informações e o Fórum Global da Transparência	396
4.2	Os tratados sobre dupla tributação	398
4.2.1	A cláusula padrão dos modelos da OCDE e da ONU	398
4.2.2	Da inexistência de obstáculos referentes ao sigilo bancário nos modelos da OCDE e ONU	400
4.3	Os tratados de dupla tributação dos quais o Brasil faz parte	402
4.4	Tratados sobre troca de informações em matéria tributária	404
4.5	Tratados brasileiros de cooperação aduaneira	405
4.6	Tratados de cooperação jurídica internacional	407
5	Considerações finais	407
	Referências	408

CONSIDERAÇÕES ACERCA DOS SIGILOS BANCÁRIO E FISCAL, DO DIREITO FUNDAMENTAL DE INVIOABILIDADE DA PRIVACIDADE E DO PRINCÍPIO FUNDAMENTAL DA SUPREMACIA DO INTERESSE PÚBLICO SOBRE O PRIVADO

Aldemario Araujo Castro	411
1 Introdução	411
2 Do sigilo fiscal	412
2.1 Dificuldades e caminhos para a delimitação da extensão.....	412
2.2 Legislação relacionada.....	412
2.3 Extensão do sigilo fiscal	415
2.4 Quebra e transferência do sigilo fiscal	418
3 Do sigilo bancário.....	419
3.1 Panorama atual	419
3.2 O sigilo bancário e a inviolabilidade de dados.....	420
3.3 O sigilo bancário e a privacidade.....	421
4 Conclusões	425
Referências	426

SIGILOS BANCÁRIO E FISCAL – POSSIBILIDADE DE QUEBRA PELA ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO E LIMITES

José Roberto da Cunha Peixoto	429
Introdução	429
1 O sigilo bancário – Possibilidade de quebra pela Advocacia-Geral da União e limites.....	430
1.1 Conceito de sigilo bancário.....	430
1.2 Origem histórica do sigilo bancário	431
1.3 Teorias sobre sigilo bancário.....	434
1.4 Disciplina constitucional e legal no Brasil	436
1.5 Lei Complementar nº 105/01.....	437
1.6 A posição da Procuradoria do BACEN	440
1.7 A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça....	441
1.8 Argumentos favoráveis à transferência de dados bancários à Advocacia-Geral da União e limites.....	448
2 Sigilo fiscal – Possibilidade de quebra pela Advocacia-Geral da União e limites	451
2.1 Sigilo patrimonial.....	451
2.2 Disciplina constitucional e legal.....	452
2.3 Penalidades ao agente público que deixa de declarar seus bens	455
2.4 Fundamentos legais e doutrinários para a requisição de informações patrimoniais pela AGU e pelo Ministério Público	456
2.5 A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça....	458
Conclusão	461
Referências	462

O COMPORTAMENTO DO CONTRIBUINTE EM FACE DOS FUNDAMENTOS POLÍTICOS DO TRIBUTO E A SUA POSTURA DIANTE DOS SIGILOS BANCÁRIO E FISCAL

Maurin Almeida Falcão	465
1 Introdução	465
2 Fundamentos políticos da relação entre o Estado e o cidadão-contribuinte.....	466

3	Aspectos axiológicos determinantes do comportamento do contribuinte	470
4	Os sigilos bancário e fiscal, o cidadão-contribuinte e a rejeição natural ao tributo.....	472
5	Conclusão	474
	Referências	474

SIGILOS BANCÁRIO E FISCAL. ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA. LC Nº 104/2001 E LC Nº 105/2001. CONSIDERAÇÕES

Francisco de Assis Oliveira Duarte	477
Introdução	477
1 Sigilos bancário e fiscal à luz da LC nº 104/2001 e da LC nº 105/2001	478
2 Relação jurídico-tributária	479
2.1 Fiscalização tributária	479
2.2 Da proteção da vida privada e da intimidade	479
3 Sigilo bancário	480
3.1 A quebra de sigilo bancário	482
3.2 Os sigilos bancário e fiscal e a Administração Tributária.....	484
4 CTN e lei complementar	485
4.1 O verbete “código” – Definição.....	487
4.2 Breve histórico sobre o CTN	488
4.3 A teleologia do CTN	488
4.4 Das normas gerais sobre Direito Tributário	488
4.5 Direitos fundamentais e sigilo bancário/fiscal	490
4.6 Acesso ao sigilo bancário – LC nº 104 e LC nº 105/2001 – Autorização legal	495
4.7 Os sigilos bancário e fiscal no Direito brasileiro.....	495
4.8 A constitucionalidade da LC nº 105/2001	496
5 Conclusão	500
Referências	501

O SIGILO BANCÁRIO NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO – VISÃO CONTEMPORÂNEA (FEVEREIRO DE 2010)

José Augusto Delgado.....	505
1 Introdução	505
2 Sigilo bancário – Indagações formuladas em 2001 pelos organizadores do III Colóquio Internacional de Direito Tributário	506
3 Considerações gerais sobre sigilo bancário.....	506
4 O sigilo bancário no Direito Comparado.....	507
5 O sigilo bancário e o direito à intimidade e à privacidade das pessoas.....	516
6 A segurança jurídica e acesso indiscriminado de agentes do Poder Público às informações bancárias	525
7 Casos de admissibilidade da quebra do sigilo bancário	527
8 O Supremo Tribunal Federal e a quebra do sigilo bancário	528
9 Sistema mais justo para a quebra do sigilo bancário	534
10 Autoridade fiscal e faculdade incondicionada de quebrar o sigilo bancário.....	536
11 Responsabilidade da autoridade administrativa que quebrar o sigilo bancário de forma inconsistente e indevida	537
12 O sigilo bancário e o tratamento que lhe é dado por alguns doutrinadores	537
13 Compatibilização do combate à criminalidade internacional com o respeito à segurança jurídica, a fim de evitar a fuga de investimentos do país.....	540
14 Conclusão	544

O SIGILO E A LEI TRIBUTÁRIA – TRANSPARÊNCIA, CONTROLE DA LEGALIDADE, DIREITO À PROVA E A TRANSFERÊNCIA DO SIGILO BANCÁRIO PARA A ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA NA CONSTITUIÇÃO E NA LEI COMPLEMENTAR Nº 105

Eurico Marcos Diniz de Santi	545
1 Sigilo bancário! Para quê? Objeto de análise: <i>transferência do sigilo</i> e o direito de acesso da Administração Tributária à movimentação bancária dos contribuintes.....	545
2 Questões objeto de análise.....	546
3 Definindo e demarcando (i) as informações protegidas constitucionalmente em nome da intimidade e da vida privada do indivíduo e que não são objeto de controvérsia nas ADIns; (ii) áreas de informação <i>fora do núcleo de proteção</i> e que são objeto de obrigações tributárias; e (iii) transferência do sigilo: entre mitos, sacralizações, generalizações apressadas e desconhecimento dos termos da LC nº 105.....	547
3.1 Áreas de proteção ao sigilo: zonas de proteção alegadas nas ADIns que não são objeto de controvérsia.....	550
3.2 Áreas de informação <i>fora do núcleo de proteção</i> da intimidade e da vida privada e que já são objeto de obrigações acessórias na legislação ordinária: o problema dos tributos declaratórios e os cupins tributários (<i>fiscal termites</i>).....	553
3.3 Transferência do sigilo: entre mitos, sacralizações, generalizações apressadas e desconhecimento dos termos da LC nº 105.....	555
4 Narrativa legal, dos fatos às normas: sobre o direito de acesso às informações bancárias pela Administração Tributária.....	557
4.1 A Lei nº 4.595/64: o dever de sigilo das instituições financeiras e a garantia do direito de acesso às informações pelo Fisco.....	557
4.2 Restrição do uso amplo das informações da CPMF e manutenção dos termos do artigo 38 da Lei nº 4.595/64.....	560
4.3 Advento da LC nº 105, afastando a restrição ao uso amplo das informações da CPMF e a atualização dos termos do artigo 38 da Lei nº 4.595/64.....	560
4.4 Espelho legal: o artigo 38 da Lei nº 4.595/64 e a LC nº 105.....	560
4.4.1 Artigo 5º da LC nº 105: informes financeiros.....	562
4.4.2 Artigo 6º da LC nº 105: informações em processo ou procedimento administrativo.....	562
4.5 Plena vigência da LC nº 105 e as ADIns interpostas.....	562
5 Perspectiva global: tendências políticas internacionais sobre o “sigilo bancário” e a orientação da OCDE para que todos os países-membros permitam o acesso às informações bancárias para propósitos tributários.....	563
6 “A morte do segredo bancário suíço” e a inexistência de fundamento semelhante na Constituição ou na legislação brasileira.....	568
6.1 Razões históricas do sigilo bancário suíço: espiões nazistas e pressão dos franceses.....	568
6.2 A morte do segredo bancário suíço, transconstitucionalismo: a pressão dos EUA e da UE na formação de um novo cenário jurídico global.....	569
6.3 Da inexistência de obstáculo constitucional ou legal no Brasil à transferência do sigilo bancário para a Administração Tributária.....	570
7 É injustificada a generalização do medo da transferência do sigilo bancário.....	571
8 O receio do uso ilícito da competência administrativa de transferência do sigilo (quebra do sigilo) pretendendo justificar o exercício absoluto e abusivo dos direitos à intimidade e à vida privada.....	572
9 Desconhecimento dos termos da LC nº 105 e sua regulamentação: sem tributos, não há Estado; sem Estado, não há propriedade; sem propriedade, para que serve o sigilo bancário?.....	573

10	Legalidade como instrumento da igualdade (<i>caput</i> do artigo 5º modulando seus incisos X, XII e LV) que se impõe ao sigilo bancário em face da necessidade da prova, motivação do ato de lançamento, que realiza e concretiza a legalidade	575
10.1	Legalidade e a necessidade da prova como motivação do ato de lançamento, delimitando o núcleo do direito à intimidade e à privacidade, previstos no artigo 5º, inciso X, da Constituição	577
10.2	Legalidade e a interpretação do artigo 5º, inciso XII, da Constituição, como confirmação da importância da garantia à prova também para as comunicações telefônicas.....	579
10.3	Legalidade e necessidade da transferência do sigilo bancário como realização dos meios de prova inerentes ao devido processo legal	581
10.4	Legalidade e interpretação do artigo 145, §1º, da Constituição, como fundamento da eficácia do Sistema Tributário Nacional desenhado pelo legislador constituinte	583
11	Conclusão: resposta às questões objeto de análise	584

AFFINCHÈ LA FUNZIONE PUBBLICA NON SI TRASFORMI IN PRIVILEGIO, È NECESSARIO RISPETTARE IL PRINCIPIO DI PROPORZIONALITÀ

Giovanni Moschetti	595
1 Esigenze di continuità e regolarità delle più alte funzioni pubbliche o immunità?.....	595
2 Il “lodo Alfano” quale tentativo di eludere fondamentali principi costituzionali	596
3 Lodo Alfano e principio di proporzionalità	597

ACQUISIZIONI BANCARIE E PROFILI COSTITUZIONALI – LE APORIE DELLA SOLUZIONE ITALIANA

Salvatore Muleo	641
1 Premessa – Le esigenze di fondo delle acquisizioni bancarie nel temperamento degli interessi in gioco	641
2 Le disposizioni in esame tra presunzioni, finzioni e sanzioni improprie	642
3 La centralità del fatto da indagare	644
4 La discussa necessità del contraddittorio procedimentale e le conseguenze della sua violazione	645

CONSIDERAÇÕES SOBRE A SUSTENTABILIDADE DO ESTADO FISCAL

José Casalta Nabais	647
I O estado fiscal	647
1 Sentido da ideia de estado fiscal	648
2 Estado fiscal e “estado pós-moderno”	651
II A sustentabilidade do estado fiscal	655
3 A sustentabilidade estadual em sentido amplo	655
4 A sustentabilidade fiscal do estado	657
III Alusão à sustentabilidade ecológica por via fiscal	665
6 Os tributos ambientais.....	666
7 Os benefícios fiscais ambientais	668

A QUEBRA DO SIGILO BANCÁRIO PARA EFEITOS TRIBUTÁRIOS EM PORTUGAL

Clotilde Celorico Palma, António Carlos dos Santos	671
1 Velha questão, novas soluções.....	671
2 A derrogação do sigilo bancário – Evolução	673

3	Regime vigente	675
4	Troca de informações	677
5	Sanções	678
6	Alguns dados estatísticos	679
7	Conclusões	680

O SIGILO FISCAL E O FORNECIMENTO DE INFORMAÇÕES PROTEGIDAS AO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO – UMA LEITURA À LUZ DO TEXTO CONSTITUCIONAL E DO ART. 198 DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL

Núbia Nette Alves Oliveira de Castilhos		683
1	Introdução	683
2	O sigilo fiscal na pragmática forense	683
3	Prerrogativas do Tribunal de Contas da União em âmbito de sigilo fiscal	688
4	A preservação do sigilo fiscal e o Poder Judiciário	689
5	Conclusões	690

O DEVER DE INFORMAÇÃO NO ÂMBITO DO MERCADO SECUNDÁRIO DOS VALORES MOBILIÁRIOS RELATIVO AOS PAPÉIS JÁ ADMITIDOS À NEGOCIAÇÃO – O CASO PORTUGUÊS

André Sobreira Dias		691
1	Objetivo e metodologia	691
2	Introdução – Os valores mobiliários, os respectivos mercados, os riscos e a informação	691
3	O dever de informação relativo aos valores admitidos a negociação no mercado secundário e o Código de Valores Mobiliários	695
3.1	Os critérios gerais estabelecidos pelo art. 7º do Código de Valores Mobiliários	696
3.2	Dever específico de informação às entidades com valores mobiliários admitidos à negociação no mercado secundário	697
4	Conclusão	702
	Referências	702

O ACESSO DIRETO DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA AOS DADOS BANCÁRIOS DOS CONTRIBUINTE – MAIS DO QUE LEGAL E CONSTITUCIONAL, UMA EXIGÊNCIA REPUBLICANA

Augusto Cesar de Carvalho Leal		705
	Breve introdução	705
1	Da inexistência de pacificação do tema no âmbito do Supremo Tribunal Federal	706
2	Do voto-vencedor do Ministro Luiz Fux, no julgamento do Recurso Especial Repetitivo nº 1.134.665, no sentido da plena validade da LC nº 105/2001	716
3	Da compatibilidade do acesso direto da Administração Tributária aos dados financeiros do contribuinte com o art. 5º, X, da Constituição	717
4	Da compatibilidade do acesso direto da Administração Tributária aos dados financeiros do contribuinte com o art. 5º, XII, da Constituição	735
5	Da inexistência de reserva jurisdicional na hipótese do sigilo de dados	738
6	A oposição do sigilo bancário à Administração Tributária como forma de incremento da sonegação fiscal e violação dos direitos fundamentais à igualdade e à concorrência leal, dos princípios da capacidade contributiva, da solidariedade e do Estado Democrático de Direito, bem como dos objetivos fundamentais da República	743
6.1	O acesso direto da Administração Tributária aos dados econômicos do contribuinte e o combate à sonegação fiscal no Brasil	744

6.2	A oponibilidade do sigilo bancário à Administração Tributária como violação dos direitos fundamentais à igualdade e à concorrência leal, e do princípio da capacidade contributiva	747
6.3	A oponibilidade do sigilo bancário à Administração Tributária como violação do princípio da solidariedade	753
6.4	A oponibilidade do sigilo bancário à Administração Tributária como grave óbice à consecução dos objetivos fundamentais da República e à realização do Estado Democrático de Direito	754
7	O art. 145, §1º, da Constituição e a teoria dos poderes implícitos como fundamentos constitucionais do acesso direto da Administração Tributária aos dados bancários dos contribuintes	758
8	Direito internacional e direito comparado – A democracia e o acesso aos dados bancários pela Administração Tributária no mundo	769
8.1	Estados Unidos	792
8.2	Alemanha	796
8.3	França	797
8.4	Itália	800
8.5	Espanha	801
8.6	Reino Unido	807
8.7	Argentina	807
8.8	Portugal	810
8.9	Holanda	813
8.10	Austrália	813
8.11	Canadá	813
8.12	Bélgica	814
8.13	Dinamarca	814
8.14	Noruega	814
8.15	México	815
8.16	Hungria	815
8.17	Turquia	815
8.18	Polônia	816
8.19	Suíça	816
8.20	Luxemburgo	818
8.21	Uruguai	818
8.22	Áustria	818
8.23	Líbano	819
9	Da compatibilidade do acesso direto da Administração Tributária aos dados financeiros do contribuinte com o art. 5º, LIV e LV, da Constituição	820
10	Da inexistência de ofensa ao art. 5º, XXXVI, e ao art. 150, III, “a”, da Constituição por parte da Lei nº 10.174/2001 e da Lei Complementar nº 105/2001	822
	Conclusões	826
	Referências	834

PARCELAMENTO E SIGILO FISCAL

Flaviane Ribeiro de Araújo	837
----------------------------------	-----

SOBRE OS AUTORES	847
------------------------	-----